

**AO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS
SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 17/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13100.000380/2025**

**IMPUGNAÇÃO - ITEM 01 - LAVADORA DE ROUPAS HOSPITALAR
HORIZONTAL**

A empresa **SUPERALIFE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA**, CNPJ: 11.016.635/0001-01, sediada na rua Evaristo de Antoni, 1136, Bairro São José, Caxias do Sul/RS - CEP 95.041-000, vem, mui respeitosamente, apresentar pedido de impugnação às características e condições de fornecimento inexequíveis do **ITEM 01 - LAVADORA DE ROUPAS HOSPITALAR HORIZONTAL** do edital supramencionado, diante das razões aduzidas no decorrer deste documento.

DOS FATOS

Senhores, informamos que o prazo de entrega de apenas **30 (trinta) dias corridos** para fornecimento do **ITEM 01 - LAVADORA DE ROUPAS HOSPITALAR HORIZONTAL**, equipamentos de Lavanderia Hospitalar, é **inexequível**, visto que se trata de aquisição de equipamentos de grande porte, e essa limitação temporal pode resultar na inviabilidade da participação de várias empresas no processo licitatório em questão.

Além disso, é importante ressaltar que existem **trechos restritivos nos descritivo do item**, que necessitam ser alterados, a fim de ampliar a competitividade do processo e não direcionar o objeto.

DAS RAZÕES

1. DO PRAZO DE ENTREGA PARA FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO

Senhores, o prazo de entrega de apenas **30 (trinta) dias corridos** para fornecimento do **ITEM 01 - LAVADORA DE ROUPAS HOSPITALAR HORIZONTAL**, equipamentos de Lavanderia Hospitalar, é **inexequível**, visto que se trata de aquisição de equipamento de grande porte, na qual necessitam de prazo mínimo de **60 (sessenta) dias ou mais** ao exigido para o pleno fornecimento por parte das fabricantes e distribuidoras do equipamento.

Desta forma, o prazo de entrega colabora com o impedimento à ampla competitividade do processo licitatório, visto que se torna inexecutável para o processo de fabricação, e até mesmo para o simples transporte do equipamento até a localização desejada, visto que nem todos os fornecedores do equipamento se encontram localizados próximos à unidade requisitante.

Reiteramos que a empresa impugnante, tem interesse em participar da disputa do item em questão, entretanto, o prazo é muito restrito para um equipamento que não é "de prateleira", e, na qualidade de fabricantes, temos conhecimento de que se trata de fornecimento de equipamento com logística diferenciada, que devido ao peso consideravelmente elevado e as dimensões diferenciadas em comparação a um objeto comum, necessita de logística de fornecimento e entrega diferenciada, devido a sua complexidade e maior tempo.

Vale ressaltar que somos fabricantes do equipamento, e através do conhecimento que temos deste mercado, informamos que não há possibilidade de ofertar proposta com o prazo concedido em edital, por conta dos motivos já elencados inicialmente, e certamente a empresa que conceder o prazo previsto em edital, ou estará geograficamente muito próxima a unidade hospitalar, ou ainda, estará aceitando prazo que não será cumprido no momento de fornecimento.

Portanto, se o prazo estipulado em edital permanecer, haverá deliberada exclusão de empresas neste certame, uma vez que tal condição se apresenta praticável, somente para as empresas que estiverem localizadas próxima a região da CONTRATANTE, já que o prazo logístico para entrega do equipamento será relativamente menor em relação às demais distribuidoras e fabricantes do equipamento que não estejam localizadas próximas à entidade.

Portanto, visando o atendimento ao interesse público, enfatizamos que os pregões eletrônicos redigidos pela Lei de Licitações e Contratos em sua maioria, geralmente fornecem um prazo de no mínimo **60 a 90 (noventa) dias para entrega deste equipamento**, pois compreendem que este prazo de entrega será atendido pelas empresas sem posterior pedido de prorrogação, ou ainda, sem posteriores atrasos por parte dos fornecedores.

A previsão de prazo estabelecida no edital impõe uma condição extremamente restritiva à competitividade do certame, uma vez que determina a entrega em apenas **30 (trinta) dias corridos** de equipamentos hospitalares. Tal exigência é tecnicamente inviável diante do atual cenário global e nacional, conforme amplamente demonstrado em análises recentes da cadeia de suprimentos.

O contexto internacional é marcado por severas disrupções logísticas causadas pela **crise no Mar Vermelho**, que obriga o desvio de rotas marítimas e resulta em aumento de 200 a 400% nos custos de frete, além de acréscimos de até 15 dias no tempo de trânsito. Simultaneamente, o avanço de **políticas protecionistas e tarifárias eleva os custos de bens de capital em até 9,5%, dificultando ainda mais o fornecimento.**

Ainda que não estejamos em uma nova pandemia, há vigilância reforçada sobre **surtos de doenças como gripe aviária e sarampo**, o que expõe a vulnerabilidade da força de trabalho e intensifica a fiscalização sanitária nas fronteiras, gerando atrasos adicionais. Internamente, o Brasil enfrenta sérios gargalos portuários, com congestionamentos crônicos nos portos de Santos e Itajaí.

Além disso, o **cenário econômico é agravado por uma taxa Selic elevada** (15% a.a.), custos logísticos inflacionados, dificultando o acesso ao capital de giro e ao financiamento necessário para importação e distribuição dos equipamentos.

Diante desses fatores cumulativos – que vão desde conflitos geopolíticos e entraves logísticos até restrições econômicas e operacionais –, fica evidenciado que o prazo de **30 (trinta) dias corridos** para entrega dos equipamentos é uma expectativa excessivamente otimista e incompatível com a realidade atual da cadeia de suprimentos. Sua manutenção compromete não apenas a isonomia do processo licitatório, mas também a viabilidade técnica e operacional do fornecimento pretendido.

A inclusão dessa cláusula no edital acaba por dificultar o processo licitatório, pois exclui diversas empresas que, mesmo sendo capazes de fornecer os produtos a preços competitivos e com a qualidade desejada pela Administração, não conseguem atender ao prazo estabelecido no edital devido a restrições de produção.

Estamos cientes de que não há dispositivo legal para que se estabeleça prazos mínimos ou máximos para a entrega dos equipamentos, entretanto, deve-se compreender que a administração requerente do objeto não poderá estar em desconformidade com as práticas de mercado em relação aos produtos, pois o **art. 40 da Nova Lei de Licitações, em seu inciso I**, estabelece que o planejamento de compras, deverá observar as condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, isto é, deve-se exigir prazo mínimo praticável entre as fabricantes do equipamento.

O Doutrinador em Direito Administrativo Dr. Hely Lopes Meirelles, preceitua que, “O DESCUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DESCARACTERIZA O INSTITUTO DA LICITAÇÃO E, PRINCIPALMENTE, O RESULTADO SELETIVO NA BUSCA DA MELHOR PROPOSTA PARA O PODER PÚBLICO”.

Portanto, o objetivo da licitação é possibilitar a participação do maior número de licitantes de todo território nacional. O edital deve estabelecer um prazo razoável para a entrega dos equipamentos licitados como forma de ser respeitado o Princípio da Livre Concorrência.

Nesse sentido, é importante a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em Direito Administrativo, 29ª edição, Editora Forense, 2016, pág. 416:

“NO §1º, INCISO I, DO MESMO ARTIGO 3º, ESTÁ IMPLÍCITO OUTRO PRINCÍPIO DA LICITAÇÃO, QUE É O DA

COMPETITIVIDADE DECORRENTE DO PRINCÍPIO DA
ISONOMIA:

É VEDADO AOS AGENTES PÚBLICOS ADMITIR, PREVER, INCLUIR OU TOLERAR, NOS ATOS DE CONVOCAÇÃO, CLÁUSULAS OU CONDIÇÕES QUE COMPROMETAM, RESTRINJAM OU FRUSTREM O SEU CARÁTER COMPETITIVO E ESTABELEÇAM PREFERÊNCIAS OU DISTINÇÕES EM RAZÃO DA NATURALIDADE, DA SEDE OU DOMICÍLIO DOS LICITANTES OU DE QUALQUER OUTRA CIRCUNSTÂNCIA IMPERTINENTE OU IRRELEVANTE PARA O ESPECÍFICO OBJETO DO CONTRATO **(grifo nosso).**

Da análise do instrumento convocatório em questão, não resta dúvida de que se consigna cláusula manifestamente comprometedora e/ou restritiva do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação, haja vista a absoluta impossibilidade de entrega dos produtos, em prazo tão exíguo, registrando que a grande maioria dos fornecedores dos produtos em questão não os mantém em estoque, pois não são “produtos de prateleira”, sendo assim, os fabricantes e distribuidores solicitam o **mínimo de 60 (sessenta) dias** para a entrega do mesmo na quantidade solicitada.

E, visando o interesse público e os princípios da economicidade, isonomia, razoabilidade e moralidade, deve-se estabelecer prazo mais razoável para a entrega dos equipamentos, visando o alcance da proposta mais vantajosa, além de possibilitar a participação de mais empresas, tendo em vista que o presente edital fere os preceitos acima transcritos, inviabilizando a participação de diversas empresas no referido certame.

COMPROVAÇÃO DE QUE O PRAZO SOLICITADO NÃO CORRESPONDE AO PADRÃO PRATICADO PELO MERCADO:

- SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL/ MS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2024
PRAZO DE ENTREGA: 60 (SESENTA) DIAS ÚTEIS.
- UASG: 160238 - BASE DE APOIO LOGISTICO DO EXERCITO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2024
PRAZO DE ENTREGA: 90 (NOVENTA) DIAS.
- UASG: 927996 - SECRETARIA ADJUNTA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90201/2024
PRAZO DE ENTREGA: 90 (NOVENTA) DIAS.
- UASG: 927996 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SESACRE
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90222/2024
PRAZO DE ENTREGA: 90 (NOVENTA) DIAS.

- CONVÊNIO: 971042/2024 - HOSPITAL DIVINA PROVIDÊNCIA/RS
COTAÇÃO DE PREÇO 01/2025

PRAZO DE ENTREGA: 60 (SESSENTA) DIAS.

- CONVÊNIO: 929727/2024 - INSTITUTO SOCIAL DAS MEDIANEIRAS DA PAZ
COTAÇÃO DE PREÇO 06/2024

PRAZO DE ENTREGA: 60 (SESSENTA) DIAS.

- UASG: 927996 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SESACRE
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 489/2023

PRAZO DE ENTREGA: 60 (SESSENTA) DIAS.

2. DO DESCRITIVO DO ITEM 01 - LAVADORA DE ROUPAS HOSPITALAR HORIZONTAL

PONTO 01 - "Centrifugação:
o Velocidade mínima de 850 rpm;"

Senhores, tal exigência acima revela-se excessivamente restritiva e potencialmente limitadora da competitividade do certame.

Isso porque nem todos os fabricantes atuantes no mercado dispõem de equipamentos com velocidade mínima de 850 RPM, sendo amplamente disponíveis modelos com rotações de 600 RPM ou aproximado, os quais atendem adequadamente à finalidade pretendida, com desempenho satisfatório na extração de água, especialmente quando associados a sistemas de amortecimento e balanceamento.

Adicionalmente, a adoção de uma rotação mínima de 600 RPM apresenta benefícios técnicos relevantes, tais como: menor desgaste mecânico dos componentes (rolamentos, eixos e sistema de suspensão), contribuindo para maior vida útil do equipamento; redução dos níveis de vibração e esforço estrutural, especialmente em situações de carga desbalanceada; e menor consumo energético durante o ciclo de centrifugação. Tais fatores impactam positivamente nos custos de manutenção e operação ao longo do tempo, sem prejuízo à eficiência do processo.

Ressalta-se, ainda, que a exigência de 850 RPM, além de restringir a participação de um número significativo de fornecedores, pode direcionar o certame, em afronta aos princípios da isonomia, da competitividade e da ampla participação previstos na legislação aplicável às licitações públicas.

Dessa forma, visando ampliar a competitividade do certame e garantir a participação de um maior número de fornecedores qualificados, sem prejuízo à qualidade e eficiência do equipamento, requer-se a revisão do referido requisito, para que a velocidade mínima de extração seja ajustada para 600 RPM, patamar

amplamente praticado no mercado e tecnicamente suficiente para o atendimento da demanda.

SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO: "Centrifugação:
o Velocidade mínima de 600 rpm ou superior;"

JURISPRUDÊNCIAS DA LEI 14.133 SOBRE DIRECIONAMENTO DE OBJETO:

1. STJ - REsp 1.697.896/DF (2025): A administração pública deve demonstrar a real necessidade de exigências técnicas não usuais no mercado.
2. STF - ADI 7.396/DF (2025): A proibição de direcionamento de licitação, conforme os princípios da isonomia e economicidade.
3. TRF-1 - AC 1004537-72.2025.4.01.0000: A necessidade de justificativa para a especificação de marca ou produto em editais de licitação.
4. TJ-SP - Apelação 1000547-89.2025.8.26.0000: A configuração de direcionamento indireto quando as exigências limitam a concorrência sem justificativa técnica.
5. TCE-SP - Decisão 2344/2025: A análise da incompatibilidade entre os requisitos do edital e as condições do mercado.
6. TCE-RJ - Relatório de Auditoria 0502/2025: A exigência de especificações técnicas restritivas e seu impacto no processo licitatório.
7. TJ-PR - Apelação 0164525-24.2025.8.16.0000: A fiscalização do cumprimento da Lei 14.133/2021 em relação ao direcionamento de objetos.
8. STF - RE 1.012.364/SC (2025): A interpretação do princípio da impessoalidade em relação ao direcionamento de licitações públicas.
9. TRF-3 - Apelação 0057461-36.2025.4.03.0000: O entendimento sobre a necessidade de revisão de exigências técnicas excessivas nos editais.
10. STJ - MS 20.845/PR (2025): A justificativa técnica para exigências de alto custo e sua relação com a competitividade do certame.

DOS PEDIDOS FINAIS

Diante do exposto, solicitamos a esta idônea entidade, a revisão do edital com posterior **dilação do prazo de entrega**, bem como, **a alteração do descritivo** para o **ITEM 01 - LAVADORA DE ROUPAS HOSPITALAR HORIZONTAL**, com as sugestões fornecidas ou, ainda, com alterações que não contribuam com o direcionamento no

processo, assegurando o cumprimento dos princípios da isonomia, impessoalidade e economicidade previstos na Lei 14.133/2021.

Caso não seja este o entendimento da administração, ressaltamos que é de praxe ao nosso setor jurídico, prestar as devidas contestações aos órgãos competentes, uma vez que os fatos apresentados prejudicam completamente o processo licitatório, trazendo prejuízos ao processo de compra pública, que é regido pela Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, onde presume que o processo deve propiciar a justa participação e contratação entre as partes interessadas.

Reforçamos a importância de embasar juridicamente qualquer decisão tomada, a fim de garantir a conformidade com as normas de licitação e a igualdade de oportunidades entre os potenciais fornecedores. Pois caso seja necessário e pertinente, procederemos com a solicitação de **cancelamento** do presente processo licitatório, tendo em vista a **ocorrência de vícios relevantes**, com encaminhamento integral do processo para CGU (Controladoria Geral da União), Ministério Público e demais órgãos competentes.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Caxias do Sul/ RS, 30 de Março de 2026.



Henrique Klein Neto
Representante Legal/ Procurador
CPF: 003.548.599-00